



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

### ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda (Documento PAD nº 110241/2021), o objeto desta contratação é a prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Capacitação, por meio da contratação servidor do quadro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande Sul, ALEXANDRE BASÍLIO COURAS, especialista em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral, sob a modalidade instrutoria interna, para a realização do curso **“Direito Eleitoral Digital - Desafios contemporâneos, com ênfase na preparação de servidores(as), juízes(as) e promotores(as) para as eleições 2022”**.

#### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com as novas tecnologias inseridas em nosso cotidiano, é premente a necessidade de atualização do corpo de servidores(as), magistrados(as) e membros do MP para que estejam preparados para atuar nos processos, cada vez mais comuns, que versem sobre tecnologia. Atualmente, os(as) profissionais que atuam em processos que envolvam direito digital se sentem inseguros e ansiosos por não conhecerem conceitos básicos e essenciais sobre tecnologia exigidos para execução dessa atividade. Seja na vida profissional ou pessoal, entender sobre tecnologia passou a ser requisito básico para a vida em uma sociedade hiperconectada, sobretudo para os operadores do Direito, por ser a Justiça a responsável por pacificar as relações. Contudo, o desafio atual desses profissionais é ter que dizer o direito no caso concreto mesmo quando desconhecem por completo as regras do novo ambiente, agora chamado de digital.

O curso é parte de um Itinerário formativo denominado “Jurista do Futuro” e tem como principal missão dar o primeiro passo na preparação dos profissionais de Direito, oferecendo-lhes conhecimentos que são exigidos atualmente e que serão essenciais em um futuro próximo, partindo da premissa de que não é mais possível atuar no serviço público sem entender o básico de tecnologia, agravada tal necessidade quando se trata de democracia e eleições.

Justifica-se, também, o presente curso, pelo fato de que os ataques às redes dos Tribunais, como o que aconteceu ao STF, STJ e TJ-RS, bem como aos demais serviços públicos brasileiros e aos nossos próprios computadores, serão a cada dia mais comuns, sendo essencial que haja uma preparação, não apenas da equipe de tecnologia, mas também, de todos os usuários internos dos serviços oferecidos pela justiça brasileira.

O curso será desenvolvido na modalidade a distância pelo professor Alexandre Basílio, conhecido por sua didática e pelo conhecimento interdisciplinar, cuja formação permite seu livre trânsito entre a área jurídica e tecnológica. A modalidade a distância se justifica em razão da pandemia, momento em que não são recomendáveis eventos públicos ou com aglomeração. Além disso, a metodologia utilizada na modalidade não presencial supre todas as necessidades didáticas e metodológicas para a abordagem do tema.



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

### **3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

A demanda consta no Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará para o período 2020/2021 – PDDC 2020/2021, aprovado na Portaria nº 531/2020, publicada no DJE nº 175 de 17/09/2020.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos específicos para a presente contratação constam do Projeto Básico.

### **5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS**

O curso consistirá em 4 encontros de 4 horas/aula, totalizando 16 horas/aula.

### **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Solicita-se a adoção das providências necessárias ao pagamento de gratificação por encargo de curso ao servidor palestrante, que, como dito, atuará como instrutor interno, nos termos da Lei nº 8.112/1990 no art. 61, inc. IX, no art. 76-A e no art. 98, § 4º e da Resolução TSE nº 23.545/2017.

O instrutor do curso possui reconhecida expertise, ocupando o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. Alexandre Basílio é coautor de diversas obras na área do Direito Eleitoral e Coordenador do Grupo Temático de Propaganda Eleitoral do TSE para aprimorar as Resoluções para as próximas eleições. Demais disso, é pós-graduando em Direito Digital e Compliance pelo Complexo Damásio, Mestrando em Ciência Política pela Universidade de Lisboa, sendo detentor de vasto conhecimento sobre o tema, já havendo ministrado diversos cursos e palestras sobre Propaganda Eleitoral, em outros tribunais regionais eleitorais, por meio de instrutoria interna.

Segue abaixo um currículo resumido do instrutor:

Instrutor Certificado pela ENFAM – FOFO. Coordenador do grupo temático de Propaganda Eleitoral do TSE para aprimorar as Resoluções Eleitorais para as próximas eleições a convite do Min. Fachin, responsável pelo EIXO 3, composto por Propaganda Política, Direito de Resposta, Pesquisas Eleitorais e Poder de Polícia. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – ABRADEP; Analista Judiciário – Área Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, onde atua como assessor dos Juízes Membros da Corte Eleitoral. Membro do Grupo de Trabalho para reduzir as inconsistências da legislação eleitoral para 2022, nomeado pelo Ministro Edson Fachin, conforme Portaria 879 de 09 de dezembro de 2020. Ex-Servidor do TRE-PB onde atuou como Assessor Jurídico da Procuradoria Regional Eleitoral, do Gabinete do Juiz Federal membro e da Vice-Presidência até 2016. Membro da Comissão Científica da Escola Judiciária do TRE-PB até 2016. Foi o Coordenador do Gabinete dos Juízes Auxiliares de Propaganda /E

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 19/07/2021 10:43:31

Por: ROBERTA LAENA COSTA JUCA e outro



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Política pela Universidade de Lisboa – 2020/2022; Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de João Pessoa. Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional de Curitiba. Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance pelo Complexo Damásio. Pós-Graduado em Direito e Processo Eleitoral. Professor da Pós-Graduação da Fundação do Ministério Público – FMP, 2019/2020/2021. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Univali/TRE-SC. Professor da Pós-Graduação do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE – Belo Horizonte. Professor da Pós Graduação do Fundacem – Salvador – 2020. Professor da Pós-Graduação da Assembleia Legislativa do Piauí – 2020; Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Complexo de Ensino Renato Saraiva – CERS – 2019/2020/2021. Responsável pela capacitação de mais de 5 mil alunos em todo o país nas matérias de Direito Eleitoral e Direito Digital. Professor da Pós-Graduação em Direito Eleitoral da Faculdade Baiana de Direito. Professor de Direito Eleitoral da Academia de Polícia Militar da Paraíba até 2016. Palestrante convidado pela Escola Superior do Ministério Público para capacitar todos os Procuradores Regionais Eleitorais quanto à propaganda eleitoral para 2018. Palestrante convidado pelo Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para capacitar todos os Juízes Eleitorais auxiliares em matéria de propaganda eleitoral para 2018. Professor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul responsável pela capacitação dos Juízes Eleitorais Estaduais para as eleições 2018/2020. Palestrante Convidado pelo Assembleia Legislativa de Santa Catarina - 2015. Palestrante convidado pelos Tribunais Regionais Eleitorais do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Distrito Federal, Piauí, Tocantins, Goiás e Paraná. Palestrante Convidado da Escola de Magistratura da Paraíba (ESMA-PB -2014/2016); Palestrante Convidado da Procuradoria-Geral de Justiça-PB (MPPB 2014). Coautor dos Livros: Reforma Política, Diálogos e Reflexões (2016) e Participação Política, Balanços e Perspectivas (2017), ambos da Editora Instituto Memória, Coautor do livro Direito Eleitoral e Ciência Política (2018) Editora Espaço Acadêmico. Coautor da Coleção Tratado de Direito Eleitoral, Organizado por Luiz Fux, Walber Agra e Luiz Fernando Casagrande, 2018, Editora Fórum. Coautor do Livro Constituição e Processo Eleitoral, 2018, Editora Fórum. Foi Instrutor e Palestrante da Escola Judiciária Eleitoral da Paraíba /EJE-PB entre 2007 e 2016, ministrando capacitações para todos os Magistrados e servidores eleitorais do Estado. Chefiou a Missão Internacional que realizou as eleições presidenciais de Guiné-Bissau, na África em 2009, a Convite da Organização das Nações Unidas por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

### 7. ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA

Conforme disciplina o art. 8º, IV, da Res. TSE nº 23.545/2017, o cálculo do valor acima disposto da hora-aula da instrutora foi realizado por meio da aplicação do percentual correspondente constante no Anexo II da norma referida (servidor com Pós-Graduação Lato Sensu completa: 1,70%) sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal) sobre o maior vencimento básico da Administração Pública Federal (R\$ 27.303,62, conforme a Portaria SGP/SEDGG/ME Nº 24.839, de 9 de dezembro de 2020, observado no mês em que ministrada a capacitação.



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

O custo total da demanda está orçado em R\$ 7.426,56 (sete mil quatrocentos e vinte seis reais e cinquenta e seis centavos), considerada a hora-aula no valor de R\$ 464,16 (instrutor com Pós-Graduação Lato Sensu completa).

### 8. PARCELAMENTO DOS MATERIAIS

Não se justifica o parcelamento da contratação, nos termos da legislação aplicável.

### 9. JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A capacitação de profissionais da Justiça Eleitoral nesse tema possibilitará o conhecimento e a atuação prática e aplicada das novas tecnologias, mídias sociais e direito digital no direito eleitoral, com ênfase nas eleições de 2022. É fundamental que a Justiça Eleitoral esteja atualizada com a nova realidade e com os conceitos básicos do direito digital, notadamente em razão dos atuais e constantes ataques à credibilidade das urnas eletrônicas.

### 10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

O evento acontecerá em ambiente virtual, em sala do *Microsoft Teams*, divulgando-se por meio de e-mail e intranet do Tribunal.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE

Atestado de capacidade técnica, informando curso similar ministrado pelo instrutor: DOC PAD 010625/2021.

### 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição pretendida é viável e os estudos preliminares evidenciam que a contratação do curso “Direito Eleitoral Digital - Desafios contemporâneos, com ênfase na preparação de servidores(as), juízes(as) e promotores(as) para as eleições 2022” mostra-se possível tecnicamente e fundamentalmente necessária, conforme demonstrado neste documento.

#### 1.1.1.1 13. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

<b>Integrante Demandante</b>	Águeda Odete Gurgel de Lima
<b>Integrante Técnico</b>	Roberta Laena Costa Jucá
<b>Integrante Administrativo</b>	Giovanna Luna Araujo Vinhas



## Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

### Mapa do Gerenciamento dos Riscos

<b>Objeto</b>	Contratação do curso “Direito Eleitoral Digital - Desafios contemporâneos, com ênfase na preparação de servidores(as), juízes(as) e promotores(as) para as eleições 2022”.		
<b>Fase da Análise</b>	Planejamento da contratação		
	Risco 1 – Não fazer a Contratação		
<b>Probabilidade</b>	( x ) Baixa ( ) Média Alta ( )		
<b>Impacto</b>	( ) Baixo ( ) Médio Alto ( x )		
<b>Dano</b>	Profissionais da Justiça Eleitoral do Ceará não estarão capacitados para lidar com as novas tecnologias e com os novos conceitos do direito digital nas Eleições de 2022, notadamente aqueles que atuam na tramitação dos processos de propaganda eleitoral, crimes eleitorais digitais, poder de polícia digital, direito de resposta em caso de <i>fake news</i> , entre outros.		
<b>Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco</b>			
<b>Ações</b>	Providenciar o Projeto Básico para propiciar a contratação	Responsável:	Roberta Laena Costa Jucá
<b>Estratégia de contingência caso o risco se concretize</b>			
<b>Ações</b>	Promover capacitação na matéria suscitada.	Responsável:	Roberta Laena Costa Jucá